

REVISTA DO CREA-ES

TÓPICOS

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA

Ano VII - nº 33
jan/fev/mar - 2006

Salário Mínimo

Profissional é prioridade

**Crea define metas para
próximos três anos**



**Aeroporto de Vitória
voa para o futuro**

entrevista: presidente do crea-es fala sobre nova gestão



Acesse o Site!

Praticando um atendimento de qualidade junto a sociedade, empresas e profissionais registrados, o Crea-ES disponibiliza em seu site vários serviços:

- Clipping e Informativo Eletrônico
- Pesquisas de Profissionais e empresas
- Emissão de guias de anuidade
- Cursos e eventos promovidos pelo PEC
- Emissão de Certidão de Registro e Quitação de profissionais e empresas
- Consulta de Protocolo e notificações
- Revista Tópicos on-line
- ART on line
- Acesso à documentação e formulários

www.creaes.org.br

Visite nosso site e utilize nossos serviços on-line

O Crea-ES cresce junto com você
Mantenha sua anuidade em dia. Pague até o dia 31 de março em qualquer banco.

SUMÁRIO

Institucional 8
Planejamento estratégico para os próximos três anos

Inovação 12
Arquitetos capixabas premiados em concurso nacional

Comunidade Crea 14
Entidades divulgam ações

Ação Pública 18
Porto de Vitória comemora 100 anos

Crea Profissional 20
Sonho de chegar ao Guinness

Artigo 24
Estradas rurais e equilíbrio ambiental

22 Entrevista

Presidente do Crea-ES,
Luis Fiorotti:
prioridades
da nova gestão



4 Matéria de Capa

Aeroporto de Vitória:
Vôo para o futuro



Crea Cidadania 16

semana mundial
da água



O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo inicia a gestão 2006/2008 com a marca da inovação, recebendo uma injeção de novos projetos, idéias e atores. Escolhida democraticamente para estar à frente desta importante instituição, a nova direção do Crea-ES, presidida pelo Engenheiro Civil Luis Fiorotti, tem consciência da responsabilidade que lhe cabe. Os profissionais que o elegeram fazem parte do maior sistema do país - o Confea/Crea - e sabem que a sociedade capixaba demonstra uma grande expectativa e exigência por

ações sérias e éticas na busca de desenvolvimento econômico e social do Estado.

Este ano de 2006 também será marcado pela volta da sociedade às urnas. Desta vez para escolher o nome que comandará o país durante quatro anos, os governadores estaduais, os senadores e os deputados estaduais e federais.

Os profissionais capixabas da área tecnológica, que vêm, seguidamente, afirmando seu compromisso com a construção de um mundo melhor, são desafiados mais uma vez a propor soluções aos novos governantes e par-

ticipar de projetos que atendam a maioria da população.

Os profissionais organizados podem e devem contribuir com esse processo, pensando estratégias de geração de emprego e renda, associadas a práticas sustentáveis e que respeitem o meio ambiente.

É hora de reafirmar os caminhos que vêm sendo indicados pelo Crea-ES, destacando com veemência a importância de se promover um desenvolvimento econômico e social inclusivo, que elimine as desigualdades e promova a qualidade de vida de toda a população.

EDITORIAL

MATÉRIA DE CAPA

Aeroporto de Vitória: Vôo para o futuro

Sâmia Pedraça

Com capacidade insuficiente para atender a demanda o atual aeroporto de Vitória será substituído por um novo complexo aeroportuário. Ainda na fase inicial da construção, o novo aeroporto deverá ser o mais moderno do país e ocupará uma área de 5.249,691,61 m² entre a Praia de Camburi e a A. Fernando Ferrari.

De acordo com o gerente de Empreendimentos da Infraero e responsável pela obra na capital capixaba, o Engenheiro José Roberto Jung, o compromisso assumido antes da realização deste projeto é melhoria e inovação contínuos.

O último aeroporto coordenado pelo engenheiro foi o de Palmas (TO), que é considerado modelo pela Infraero. O desejo de Jung é fazer com que o terminal aeroportuário de Vitória supere o do Estado e Tocantins.

Para que essa expectativa seja alcançada, Jung enumera algumas novidades que serão adotadas. Na estrutura metálica será usado o SAC 300, aço fabricado com téc-

Orçado em R\$ 337 milhões aeroporto de Vitória deverá ser o mais moderno do país.

nica apurada, que torna o material mais leve, esbelto e muito mais resistente. Os vidros e as telhas sofrerão um tratamento termoacústico que resulta em melhor desempenho do ar condicionado e proporciona maior aproveitamento da iluminação natural.

O sistema de ar condicionado será abastecido por uma torre de acumulação de água, por meio do reaproveitamento das águas da chuva. Isso será possível devido ao processo de drenagem na cobertura do terminal de passageiros, nas pistas e no pátio do aeroporto. O projeto prevê ainda a construção

de caixas separadoras de óleo para garantir que toda a água drenada seja exclusivamente pluvial, e evitar riscos de contaminações, caso ocorra algum vazamento durante as operações de manutenção das aeronaves.

O engenheiro acredita que os R\$ 337 milhões orçados para a obra não sofrerão acréscimo até a conclusão, estimada para dezembro de 2007. “Não havendo nenhuma mudança técnica que exija um investimento maior vamos conseguir cumprir o orçamento”, afirmou.



Jung: engenheiro responsável pela obra

Cronograma

Ago/2006	Torre de Controle														
Set/2006	Edificação do Corpo														
	de Bombeiros														
Nov/2006	Terraplanagem														
Dez/2006	Estrutura e Cobertura do														
	Terminal de Passageiro														
Dez/2006	Entrega da obra														

Desafios

Estudos preliminares do solo onde será construído o terminal de passageiros, as pistas e o pátio de aviões detectaram camadas extensas e espessas (algumas com 15 metros de espessura) de material orgânico argiloso, condição que poderia tornar a obra inviável devido ao alto custo para a retirada do material. Para resolver o problema está sendo usada no terreno uma técnica de drenagem que consiste em cravar um dreno fibroquímico verticalmente para dar vazão à água, que é expulsa por pressão exercida na superfície, permitindo-se a compactação e adensamento do solo, processo que é constantemente monitorado para um melhor acompanhamento da reação do solo.

O engenheiro responsável pela obra, José Roberto Jung, explicou que nos locais onde foram encontradas as maiores camadas de material argiloso o espaçamento entre os drenos é menor do que nas outras, para que o adensamento seja concluído em toda a área

Acervo Infraero



no mesmo período de tempo. “Isso tem um tempo para acontecer; não adiantaria terminar rapidamente a drenagem em um ponto com camada de solo mole menor, pois teríamos que esperar o término da drenagem no ponto mais crítico, que demanda mais tempo”, explica.

Outro desafio superado foi a configuração das cabeceiras da pista, pois os pontos onde serão instaladas coincidem de um lado com a área de preservação municipal de restinga, que não pode sofrer interferências físicas, e do outro com a limitação do gabarito da Av. Fernando Ferrari.

De acordo com o coordenador de Acompanhamento de Empreendimentos da Infraero, engenheiro Paulo Reina, os dois obstáculos levaram à adoção de uma técnica que consiste em elevar a altura das duas cabeceiras em relação ao ponto central da pista, criando um desnível para que, no momento da decolagem, a aeronave consiga altitude mais rapidamente sem interferir na área de preservação ou na movimentada avenida.

Economia mais dinâmica exigiu investimento

O novo complexo aeroportuário suprirá uma necessidade antiga, e que se agravava ainda mais, devido ao crescimento da economia do Espírito Santo. Para o prefeito da capital, João Coser (PT), o aumento significativo do turismo de negócios e da movimentação de cargas gerou uma demanda que o atual aeroporto não conseguia mais atender. “As novas instalações trarão mais conforto tanto para turistas que frequentam o Estado como para a população capixaba”, afirmou.

A movimentação de passageiros no aeroporto de Vitória, que foi de 857.738 no ano de 2000, alcançou 1.438.761 em 2005. As projeções da Infraero indicam que em 2020 o número de passageiros a usar o terminal será de 4.464.020. O movimento de cargas domésticas, importação, exportação e mala postal, também vem crescendo, mas é represado pelos limites do atual aeroporto.

Segundo Coser, exportadores e importadores que usam atualmente uma rota alternativa a Vitória devido à falta de suporte do terminal atual e ao fato da pista não comportar aeronaves maiores, terão no novo aeroporto uma solução vantajosa.



Coser: aumento no turismo e movimentação de cargas

Acervo Crea-ES

m, m2, m3, kg

O novo aeroporto vai consumir:

- **8.165 m3 de concreto Fck = 35MPa**
- **39.500 m2 de CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente)**
- **estrutura metálica com 1.287.610 kg**
- **estaca metálica tipo trilho com 32.633 m**
- **3 milhões de m2 de material de jazida escavado (para drenagem do terreno)**
- **890.705 m de drenos verticais sintéticos para adensamento de solo mole**

MATÉRIA DE CAPA

Terminal de passageiros: capacidade para

2 milhões de pessoas por ano

6 pontes de embarque

Movimento de Passageiros



Ano	Quantidade
2005	1.438.761
2020	4.464.020



Foto aérea com estudo de implantação do novo aeroporto. Acervo Infraero.

Movimento de Aeronaves



de passageiros	
2005	46.827
2020	106.633
de carga	
2005	2.444
2020	5.516

Acessibilidade universal

O projeto do novo aeroporto prevê acessibilidade plena para portadores de deficiência em todas as dependências do complexo.

Segundo a arquiteta e consultora da obra, Patrícia Madeira, existe planejamento para implantação de um sistema de rotas de orientação para todas as pessoas portadoras de deficiências, com sinalização em braille no chão, nas paredes e nas maçanetas, facilitando a movimentação de deficientes visuais.

Também estão previstos telefones com monitores para leitura, sinalização luminotécnica e treinamento de profissionais do aeroporto no uso da linguagem libras, para comunicação com deficientes auditivos. Outro cuidado é a sinalização em cores diferenciadas para orientação de pessoas analfabetas, além de banheiro adaptado, rampas e elevadores para portadores de deficiência motora.



Movimento de Cargas

Valores em toneladas (t)



Carga Doméstica	
Ano	Quantidade
2005	11.274
2020	44.411
Carga Intercional - imp.	
Ano	Peso
2005	7.045
2020	33.625
Mala Postal	
Ano	Quantidade
2005	3.728
2020	11.468

Desconcentração em três terminais

O novo aeroporto de Vitória proporcionará a desconcentração de fluxos de aeronaves e de passageiros em três terminais. O atual, voltado para Av. Fernando Ferrari, será destinado a aviação geral (aeronaves de pequeno porte e helicópteros); o novo, voltado para a Av. Adalberto Simão Nader, será destinado a passageiros da aviação comercial, e um terceiro, instalado nas proximidades da Rodovia Norte-Sul, será destinado a cargas.

O novo terminal de cargas ainda não recebeu autorização para ser construído. Estão sendo feitos estudos de uma possível parceria público-privado para sua construção e administração. Terminada esta fase, será aberta uma licitação para a formação de um consórcio de empresas para realizar a obra.

Mesmo que ainda não tenha saído a autorização, o superintendente da Infraero, Silvério Gonçalves, acredita que a construção do terminal de cargas deverá ser concluída junto com a da pista, prevista para dezembro de 2007. “As duas obras precisam ser concluídas simultaneamente para que não haja descompasso no projeto e no funcionamento do novo complexo aeroportuário, fato que nenhum de nós deseja”, afirmou.

Ele informou que o terminal de cargas capixaba atualmente é o quinto do país em volume de mercadorias importadas e o 21º em exportações. O principal produto exportado é o mamão.



Silvério Gonçalves: não haverá descompasso



Centro de convenções chega com novo aeroporto

Ao novo aeroporto será acrescentado um outro empreendimento: o Centro de Eventos e Convenções. Para o prefeito de Vitória, João Coser (PT), este é um dos investimentos mais importantes da cidade nos últimos tempos, pela sua capacidade de gerar arrecadação tanto para o Estado como para a capital.

“Este empreendimento coloca Vitória na disputa por grandes eventos nacionais e internacionais, incrementando o turismo de negócios e de lazer. Um local que pode abrigar simultaneamente 15 eventos vai movimentar a cidade e estimular a vocação que Vitória tem para o setor de serviços. Esses novos investimentos trarão empregos diretos e indiretos e melhoria de qualidade de vida para a capital”, acredita.

Localizado na área do aeroporto, com frente para a Av. Adalberto Simão Nader, próximo à praia de Camburi, o Centro de Convenções abrigará congressos, feiras, shows e eventos esportivos. A construção será financiada com recursos do governo do Estado, da Prefeitura de Vitória, do Grupo de Recuperação Econômica do Espírito Santo (Geres), dos operadores responsáveis pela estruturação financeira do projeto, o Club Deal (instituição que assume também os riscos orçamentários e se ocupa de obter receitas antecipadas como publicidade, marketing e merchandising) e de empresas que adquirem antecipadamente cotas para uso de espaços do Centro de Convenções.

O secretário de estado para Projetos Especiais, William Galvão, prevê que todo o plano de negócios do empreendimento - incluindo o projeto conceitual e arquitetônico, orçamento, maquete, filme e a minuta da licitação - deve estar pronto ainda no primeiro quadrimestre deste ano, devendo o edital de concorrência ser divulgado no final de maio. O prazo para a construção é de 24 a 30 meses.

Crea inicia 2006 com novo presidente

O ano de 2006 encontrou o Crea com novo presidente. O Engenheiro Civil Luis Fiorotti assumiu o cargo em 2 de janeiro, primeiro dia útil do ano.

Eleito em 9 de novembro de 2005, Luis Fiorotti cumprirá um mandato de três anos, de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2008. O novo presidente planeja dirigir o Conselho com a concepção de adequar o Crea-ES para ser “um instrumento de defesa da sociedade a serviço dos profissionais e da população”.

Entre as metas de Luis Fiorotti está a de implantar o Programa de Engenharia e Arquitetura Públicas, que além de aumentar o campo de trabalho para os profissionais, estabelece o compromisso de prestar assistência técnica gratuita a famílias de baixa renda, como preconiza o Estatuto da Cidade, o que representa uma grande oportunidade para que os profissionais exerçam suas atividades com responsabilidade social.

Também está na lista de prioridades aperfeiçoar o Programa de Educação Continuada (PEC), intensificar o contato com gestores públicos e representantes de empresas ligadas a Engenharia, Arquitetura e Agronomia no sentido de exigir o cumprimento do Salário Mínimo Profissional e elaborar propostas para incentivar a criação de políticas de emprego e renda direcionadas aos profissionais capixabas que atuam na área de petróleo. (Leia entrevista com Luis Fiorotti nas páginas 22 e 23)

Eleitos diretores e representantes de comissões

Foram eleitos no dia 24 de janeiro, durante a primeira sessão plenária extraordinária do Crea-ES deste ano, os conselheiros que comporão a diretoria da instituição em 2006. A eleição ocorreu no auditório do Conselho com voto aberto e contou com a participação de 32 conselheiros.

Na mesma reunião foram aprovados por unanimidade os nomes dos conselheiros que representam o Plenário para as câmaras especializadas e os titulares e suplentes que farão parte das comissões permanentes de Ética Profissional, Orçamento e Tomada de Contas e Renovação do Terço.

Foram escolhidos ainda por unanimidade os profissionais que integram as comissões especiais de Mérito e de Engenharia de Segurança do Trabalho.

Diretoria 2006

Presidente: Luis Fiorotti

1º Vice Presidente: Aloisio Carnielli (Sintec-ES)

2º Vice Presidente: José Lemos Sobrinho

Diretor Administrativo: José Maria Cola dos Santos (SEE)

Diretor Financeiro: José Carlos de Assis (Senge-ES)

Vice Diretor Administrativo: Carlos Heugênio Duarte Camisão (SENGE-ES)

Vice Diretor Financeiro: Patricia Cordeiro (IAB-ES)

Câmaras Especializadas (coordenadores)

Engenharia Civil:

Wânia Nassif Marx (Engenheira Civil)

Engenharia Agrônoma:

Jorge Luiz e Silva (Engenheiro Agrônomo)

Engenharia Elétrica:

Ivan Pierozzi (Engenheiro Eletricista)

Engenharia Industrial:

Aristóteles Alves Lyrio (Engenheiro Mecânico)

Câmara Especializada de Arquitetura - Ainda não havia ocorrido eleição até o fechamento desta edição

Presidente e novos conselheiros foram empossados em solenidade em dezembro





Márcio Scheppa

Planejamento estratégico define prioridades do Crea-ES nos próximos três anos

Com a presença de número recorde de participantes, aconteceu nos dias 17 e 18 de fevereiro o X Seminário de Conselheiros e Inspectores do Crea-ES, em Domingos Martins. Nos dois dias foi elaborado o Planejamento Estratégico Institucional do Crea-ES para o Triênio 2006-2008.

Na abertura, o presidente do Conselho, Eng. Civil Luis Fiorotti, agradeceu a participação de todos e incentivou a colaboração efetiva dos presentes. “O avanço do Conselho exige inovação, re-

novação dos seus gestores e participação”, destacou.

Divididos em três grupos de trabalho (GTs), os participantes do X Seminário de Conselheiros e Inspectores discutiram e propuseram ações que farão parte da agenda do Crea-ES durante a gestão 2006-2008. Após os debates nos grupos, as propostas foram submetidas à apreciação dos participantes, tendo sido aprovadas por aclamação. Conheça as principais decisões para as três metas:

“O Crea a serviço da coletividade”

O GT 01 se ocupou da meta “O Crea a serviço da coletividade” que tem, entre outras diretrizes a reestruturação da Mútua, a ampliação do Programa de Educação Continuada e a estruturação do Crea Junior. O relato do Grupo, elaborado pela Arquiteta e Consultoria Técnica do Crea-ES Regina Morandi, destaca que uma das ações propostas é implementar o Programa de Engenharia, Arquitetura e Agronomia Públicas.

Sob coordenação do vice-presidente do Crea-ES, Téc. em Agrimensura Aloísio Carnielli, o GT 01 também discutiu a ampliação do Programa de Educação Continuada (PEC) com adoção de cursos a distância. “Fazer o PEC chegar a mais pessoas é muito importante. Essa é uma reivindicação dos profissionais do interior, que têm dificuldades para se atualizar”, disse Carnielli.

“O Crea e os desafios tecnológicos”

Os integrantes do GT 02, que foi coordenado pelo Conselheiro e Eng. Eletricista, Afonso Celso de Souza Oliveira, discutiram e propuseram ações para a meta “O Crea e os desafios tecnológicos”, apresentando as seguintes diretrizes: formulação de políticas institucionais e públicas da cadeia produtiva dos setores estruturantes da economia do Estado; Meio ambiente e desenvolvimento sustentável; Ciência e tecnologia com foco na indústria do petróleo, energia, siderurgia e informática; Transportes, mobilidade urbana e acessibilidade, entre outras.

A Consultora Técnica do Crea-ES, Eng. Civil Andréa Regina Fontana, foi a relatora do Grupo e disse que uma das propostas de ações mais discutidas foi a instauração da Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho no Crea-ES.

“O Crea como modelo de organização”

Na meta debatida pelos componentes do GT 03, “O Crea como modelo de organização”, constam a defesa do salário mínimo profissional, um serviço de ouvidoria para o Crea, promoção de atividades recreativas, culturais, esportivas e de lazer e valorização dos Conselheiros e funcionários do Crea-ES.

“A prioridade apontada foi a implementação do salário mínimo profissional”, disse o relator e Consultor Técnico do Crea-ES, Eng. Mecânico Carlos de Laet Simões Oliveira.

Sobre essa ação o coordenador do GT 03 e Diretor Administrativo do Crea, Eng. Civil José Maria Cola, acrescentou ser muito importante, pois há muitos profissionais autônomos que ainda recebem remuneração abaixo dos valores divulgados nas tabelas de referência das entidades.

Crea-ES oferecerá cursos a distância

Entre os principais projetos a serem implantados pela nova gestão do Crea-ES está o incremento do Programa de Educação Continuada (PEC), por meio da adoção de técnicas de educação a distância. Para isso, o Crea-ES estuda proposta de parceria feita com o Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo (Cefetes) para que o corpo docente da instituição atue na oferta de conteúdos. Para viabilizar a parceria, é necessário que o Crea-ES firme convênio com a Fundação de Apoio à Educação, Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico e Científico do Cefetes (Funcetes).

O Técnico em Metalurgia Miguel Antônio Madeira, responsável do projeto de educação a distância do Crea-ES, que fez os primeiros contatos com o Cefetes, afirmou que antes de optar por incluir a instituição no projeto conversou com vários responsáveis por programas de educação a distância. Entretanto, eles ofereciam apenas os meios de interação entre alunos e professores, não o conteúdo das aulas, o que acabaria trazendo despesas ex-

tras para o Crea-ES, pois teria de manter uma rede de professores e tutores sempre disponíveis para ministrar aulas e tirar dúvidas. “Para evitar um custo muito grande, optei por deixar o Cefetes responsável pelo conteúdo das aulas e utilizar o programa Pro-info, do Ministério da Educação, que é gratuito”, explica Madeira.

Segundo o projeto, os cursos serão ministrados em módulos de 40 horas, com a primeira e a última aulas presenciais. Se a demanda apontar para a necessidade de aprofundamento do tema, serão desenvolvidos outros módulos com maior detalhamento, podendo-se chegar a cursos em nível de especialização, com 360 horas.

A seleção de temas para os cursos poderá ser feita por meio de pesquisas e consultas aos profissionais. Em razão de já manter uma estrutura de cursos nas áreas industriais e de meio ambiente, a parceria com o Cefetes permitiria a oferta imediata de cursos desta natureza pelo PEC. Para cursos em outras áreas, o Cefetes buscaria outras instituições para o desenvolvimento dos conteúdos.

COOPTTEC

Olho no futuro

A Cooperativa de Trabalho dos Técnicos Industriais e Tecnólogos do Estado do Espírito Santo (Coopttec-ES) realiza este ano seu Planejamento Estratégico para os próximos cinco anos. A Coopttec está completando o seu quinto aniversário em 2006.

Atuando nas áreas de meio ambiente, telecomunicações, treinamentos e informática, a Coopttec-ES mantém em seu quadro social profissionais atualizados que asseguram qualidade na prestação de serviços.

Para ampliar sua atuação no mercado, a Coopttec-ES está com um programa de seleção de novos sócios dirigido a técnicos industriais ou tecnólogos com perfil empreendedor e pro-ativo. Conheça mais sobre a Coopttec-ES no nosso site: www.coopttec.coop.br ou pelo e-mail coopttec@coopttec.coop.br

Vantagens do curso a distância

- 1) Baixo custo: reduz despesas com deslocamento de alunos e instrutores;
- 2) Facilidades: para professores e alunos, que poderão realizar os cursos a partir do seu local de trabalho e, ao mesmo tempo, fazer intercâmbio com profissionais em outros locais;
- 3) Arquivo: permitirá ao CREA ter uma biblioteca de cursos para formar novas turmas;
- 4) Melhoria contínua: os históricos de cada curso serão indicadores para aperfeiçoamento.
- 5) Apoio institucional: possibilidades de captação de recursos devido ao caráter inovador do projeto.

SOEAA defende mudança de profissões do sistema Confea-Crea

Sérgio Cardoso



A 62ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da Agronomia, encerrada no dia 30 de novembro de 2005, em Vitória, concluiu pela necessidade de uma redefinição do perfil e da dinâmica do exercício das profissões do Sistema Confea-Crea e de reformulação da organização profissional, mantendo-se a representação federativa, com o objetivo de maior participação dos profissionais no processo de desenvolvimento político-social.

A defesa da mudança sintetiza uma série de debates realizados durante quatro dias de duração da 62ª SOEAA. Este é o evento mais importante do sistema Confea-Crea, realizado anualmente, que reúne profissionais das diversas especialidades dos Crea de todos o país.

A última SOEAA foi organizada pelo Confea e pelo Crea-ES e reuniu mais de 2 mil profissionais em torno do tema geral “Compromisso Social: desafio e oportunidade profissional.” Ao final, foi redigida a carta de Vitória, que resume o conjunto dos debates.

Principais propostas da carta final do congresso

- Redefinição do perfil e da dinâmica do exercício das profissões do Sistema, visando a melhor adequação às diversificadas demandas do peculiar processo de desenvolvimento do país;

- Remodelação da organização profissional, superando desafios históricos, propugnando pela representação federativa e aproveitando as melhores energias disponíveis para estimular a crescente participação político-social;

- Reconhecimento da educação em geral e da C&T e, nestas, a formação profissional continuada e a inovação - fatores básicos e estruturantes dos investimentos públicos e do desenvolvimento sustentável -, como indutores privilegiados da inclusão social e tecnológica que se deseja;

- Perseguição pelos signatários, e seus representados, de crescente padrão de qualidade nas obras, serviços e produtos do exercício profissional, potencializando o uso de suas competências no melhor aproveitamento dos recursos nacionais, no fortalecimento dos quadros técnicos à disposição da gestão pública e no atendimento às demandas sociais;

- Afirmação do sistema profissional como participante pró-ativo nos trabalhos cidadãos da elaboração de um Projeto Nacional e na formulação das Políticas Públicas que devem integrá-lo, bem como na implementação das mesmas e, sempre, no acompanhamento ético do funcionamento das instituições públicas e do comportamento de seus dirigentes.

Pedaladas pela paz no trânsito

Chamar atenção para a importância do respeito e da convivência pacífica no trânsito foi a finalidade do passeio ciclístico promovido pelo Fórum da Mulher, durante a 62ª SOEAA. Realizado no dia 27 de novembro de 2005, participantes de todos os estados pedalarão num percurso de oito quilômetros percorrendo a orla de Camburi. A idéia da organizadora do Fórum da Mulher, Deodete Packer, foi mobilizar os participantes da SOEAA num alerta para a importância das ciclovias e da valorização da bicicleta como meio de transporte barato e não-poluente.

Crea-ES busca parceria com outros Conselhos Regionais

O presidente do Crea-ES, Eng. Civil Luis Fiorotti, pretende fechar parcerias com outros conselhos regionais para a realização de projetos que atendam não só os profissionais abrangidos pelos Conselhos, mas toda população capixaba.

Já foram feitas reuniões com os presidentes dos Conselhos Regionais de Administração, Odontologia e Economia. “Temos muitas bandeiras em comum que podem ser trabalhadas de forma que cada Conselho ofereça os conhecimentos relativos às suas áreas e, numa união de esforços,

alcance um objetivo que atenda a toda sociedade”, acredita a presidente do Conselho de Economia, Economista, Letícia Pitanga Bertocchi, que visitou o Crea-ES no dia 13 de fevereiro.

O ponto principal destes contatos tem sido a definição de diretrizes gerais para intervenção das categorias profissionais no processo de desenvolvimento regional. “Nossos estudos e conhecimentos nas áreas de petróleo e empreendedorismo, por exemplo, podem ser transformados em projetos pelos gestores estaduais”, defendeu Luis Fiorotti.

Equipe capixaba premiada em concurso nacional de arquitetura

Imagens da cultura pop, grama e nuvens artificiais, além de uma praça central multiuso com o nome de “ágora contemporânea” são elementos que fazem parte do projeto da equipe capixaba de arquitetos que conquistou o 3º lugar no Concurso Nacional de Arquitetura para o Shopping Center da Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - São Leopoldo/RS)

Composta pelos arquitetos Heraldo Ferreira, Fabiano Dias, André Victor, Fabrício Sanz e pela estudante de Arquitetura Ana Souza Soares, a equipe disputou com outros 115 concorrentes o concurso organizado pelo IAB-RS, em dezembro de 2005. O projeto do grupo foi o vencedor da categoria projeto no Prêmio IAB-ES 2005 de

Arquitetura Capixaba.

A equipe pesquisou o tema e o conceito do projeto durante três meses e precisou de mais um mês para desenvolvê-lo. “Tentamos quebrar e criticar a artificialidade dos projetos de shopping. Não utilizamos palmeiras ou flores artificiais, por exemplo, preferimos utilizar grama sintética, não numa tentativa de mimetizar um ambiente externo como uma praça ao ar livre, mas sim de se buscar uma referência visual deixando bem claro a crítica ao artificialismo dos espaços de um shopping. Relevos no piso e espelhos d’água completam este espaço”, disse o Arquiteto Fabiano Dias.

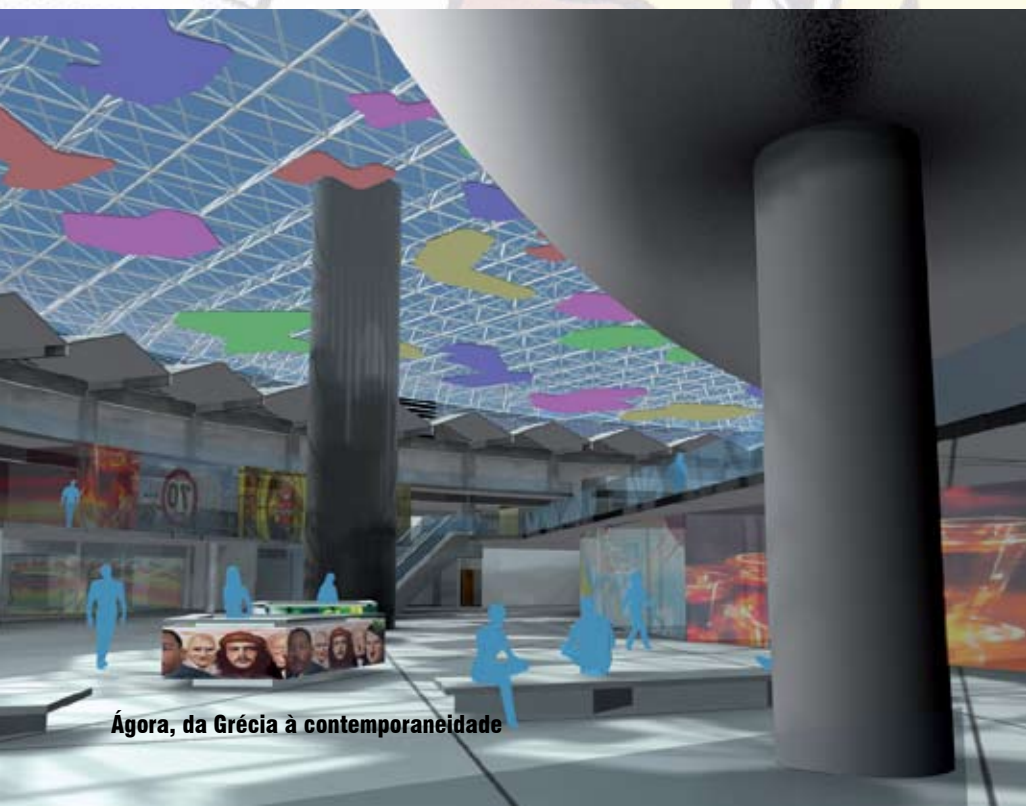
Quanto à “ágora contemporânea”, Fabiano explicou que se destina a ser um espaço lúdico, de en-

contro dos estudantes e da população local de São Leopoldo e não apenas uma praça de alimentação. “Dentro da ágora contemporânea também está localizado um grande módulo que a equipe apelidou de ‘a coisa’, pela sua forma inusitada. Dividido em dois pavimentos, esse prédio suportaria a instalação de até dois restaurantes e uma área de lazer, acessíveis por rampas de concreto”, esclareceu.

Os organizadores do concurso definiram uma série de diretrizes a serem observadas no projeto, entre elas as de sustentabilidade, de eficiência energética, de redução de impacto ambiental e de integração com a natureza. Para atender a esses quesitos o projeto da equipe capixaba apresenta uma cobertura de vidro e volumes semelhantes a nuvens coloridas de estrutura metálica e lona, suspensa acima do telhado original do antigo prédio da administração do campus da Unisinos (local de implantação do projeto), que proporcionem a ventilação e a iluminação natural. “Pensamos também em formas de aproveitar a rede de gás natural que passa próxima ao shopping e os resíduos provenientes da indústria moveleira local na co-geração de energia elétrica” esclareceu Fabiano. O projeto também respeita as normas de acessibilidade favorecendo a locomoção de portadores de necessidades especiais.

sobre o projeto

- Intervenção em um prédio administrativo da Unisinos com um espaço circular central;
- Empreendimento total de 30.000 m², sendo 10.000 m² de lojas;
- 2 salas de cinema “Stadium”;
- 1 supermercado;
- 1 loja âncora;



Ágora, da Grécia à contemporaneidade

TV Digital: estratégia e açodamento

O debate sobre a digitalização da transmissão e recepção de sinais de rádio e TV teve um avanço considerável a partir de novembro 2003, quando o governo federal criou, através do decreto 4.901, o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD).

Naquele momento os objetivos para o desenvolvimento de um sistema nacional foram sintetizados na inclusão social, cultural e tecnológica da população brasileira. Por mais de dois anos, profissionais de todo país participaram do estudo dos padrões, através dos 22 consórcios de institutos de pesquisa contratados para a tarefa de subsidiar a decisão do governo brasileiro.

O relatório final, elaborado pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), ficou pronto em meados de fevereiro. Já os relatórios de cada consórcio ainda não foram divulgados, mas sabemos da riqueza e da criatividade dos cientistas brasileiros em propor alternativas tecnológicas que complementarão qualquer padrão a ser adotado. Isso já aconteceu quando migramos do padrão preto e branco para o colorido.

A decisão terá forte impacto na política industrial e na produção de ciência e tecnologia. Mas, a precipitação pode criar fatos consumados que terminem impedindo a realização das principais potencialidades da digitalização da TV aberta, dentre elas o desenvolvimento da pesquisa e da indústria nacionais, bem como a multiplicação do número de canais de televisão, já que as tecnologias disponíveis como a MPEG 2, H.264 e MPG 4, para a compressão de áudio e vídeo, possibilitam a convivência de canais de alta definição e analógicos dentro de uma mesma faixa de transmissão.

Numa banda de 6 MHz podemos ter três ou quatro canais, ao invés de um canal só, como é possível no sistema atual. A interatividade que a TV Digital proporcionará, como a conexão à internet e a prestação de serviços, englobará

muito mais que aspectos técnicos, pois vai interferir diretamente na produção de conteúdos.

A digitalização significará investimentos da ordem de R\$ 100 bilhões em 10 anos. Num primeiro momento a fabricação das Unidades Receptoras Decodificadoras (URD) - caixinhas conversoras que farão parte da fase de transição, movimentarão recursos da ordem de 7 bilhões de reais. A decisão brasileira, por sua vez, terá impacto no Mercosul. É que além dos 100 milhões de aparelhos de televisão existentes no mercado brasileiro, esse número pode dobrar se considerarmos outros países da América do Sul.

Ora, decisão estratégica como essa não pode ser tomada de forma açodada. As pressões são legítimas, mas interesses econômicos de emissoras ou de empresas de telefonia não podem estar acima do interesse nacional. O que está em jogo não é apenas optar entre um dos três padrões estudados (americano, japonês ou europeu), mas que tipo de TV que o país precisa, que contemple as necessidades culturais, tecnológicas e sociais do Brasil, como está implícito no decreto de criação do SBTVD. É salutar e desejável que o Congresso Nacional seja escutado. E mais que isso que a comunidade tecnológica seja ouvida, num amplo processo de consulta pública que envolva todos os setores sociais interessados.

Marcos Túlio de Melo
Presidente do Confea



Arberto Ruy

Plenário quer consulta à sociedade sobre padrão de TV digital

O Plenário do Confea aprovou na noite de ontem (22/02), por unanimidade, proposta da Comissão de Assuntos Nacionais (CAN) de manifestação do Conselho pela não definição do modelo de referência do Sistema Brasileiro de Televisão Digital, sem que haja a participação da sociedade através de consultas e audiências públicas em todo o país.

O Sistema Profissional se prontificou a colaborar com a realização das audiências e consultas públicas em todos os Estados. E a sistematizar o resultado dessas audiências, que deverá ser avaliado em audiência pública nacional, cujo resultado deverá subsidiar as ações do Governo Federal.

O tema TV Digital foi definido como prioritário para este ano ainda em 2005 na decisão PL 1316. A justificativa da CAN se baseia também nas limitações dos padrões de TV digital já existentes no mercado.

Saiba mais

O padrão europeu transmite programação de TV para celulares, mas não para veículos. O padrão americano funciona apenas em TV, não é portátil e nem móvel, ou seja, não chega a tela de um telefone celular ou de automóveis. O padrão japonês é o único que transmite em alta definição para televisores, celulares e veículos.

Os membros da Comissão acreditam que um modelo brasileiro com tecnologia nacional é perfeitamente possível. Por mais de dois anos profissionais de todo o país participaram de estudos de padrões através de 22 consórcios de institutos de pesquisa contratados para subsidiar a decisão do governo brasileiro.

O relatório final, elaborado pelo Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), ficou pronto este mês, mas os relatórios de cada consórcio ainda não ficaram prontos.

IAB-ES**Nova sede fica na Praia do Canto**

O Instituto de Arquitetos do Brasil Departamento do Espírito Santo empossou nova diretoria para o mandato 2006/2007, presidida pelo arquiteto André Luiz de Souza. A primeira ação dos novos gestores foi a compra de uma nova sede para a instituição.

Ela funcionará numa loja do Shopping da Praia, na Praia do Canto (esquina da Avenida Desembargador Santos Neves

com a Rua Eugenio Neto), onde serão realizadas exposições, palestras e cursos.

O IAB-ES tem se destacado ao longo dos seus 38 anos de existência na discussão de importantes questões para os arquitetos como tabela de honorários, campanhas de valorização profissional e participado dos Conselhos dos Planos Diretores Municipais.

SEE**Diretoria 2005-2008 toma posse**

A Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros (SEE) está sob nova administração. No dia 15 de dezembro de 2005, às 18:30 horas, foram eleitos para o período de 16 de dezembro de 2005 a 16 de dezembro de 2008 a nova diretoria, que já tomou posse e é composta pelos seguintes profissionais:

Presidente: Eng^o José Maria Cola dos Santos

Diretor Administrativo: Eng^o João Carlos Meneses

Diretor Financeiro: Eng^o Juvenil Scheidegger Lopes

Diretoria de Apoio a Valorização Profissional: Eng^o Marco Antonio Barbosa da Silva Eng^o Sérgio Paulo Dória Vidal

Diretoria de Valorização da Engenharia Civil: Eng^o José Antonio do Amaral Filho e Eng^o Rodrigo Américo Pereira

Diretoria de Valorização da Engenharia Elétrica: Eng^o Afonso Celso de Souza Oliveira e Eng^o Edsel Pagani Júnior

Diretoria de Valorização da Engenharia Industrial: Eng^o José Antonio Saadi Abi-Zaid Eng^o Aristóteles Alves Lyrio

Diretoria de Valorização da Engenharia de Segurança no Trabalho: Eng^o Marco Antonio de Oliveira e Eng^o Reginaldo Vello Loureiro

Diretoria Regional Sul: Eng^o Átila Miranda Marques

Diretoria Regional Norte: Eng^o Antonio Carlos Nelo Galvão

Conselho Fiscal

Efetivos: Eng^o Olavo Botelho Almeida Eng^o Lussemborg Machado e Eng^o Samuel Oliveira

Suplente: Eng^o Ermisson Motta Eng^o José Willian Cabas e Eng^o Luis Helvécio Salomão Marques

SINTAES**Resoluções**

Sintaes e Ataes participarão, em junho, em Bento Gonçalves (RS), de um Fórum de Discussão para iniciar a implantação das Resoluções do Congresso de 2005, realizado em Foz do Iguaçu (PR), quando estarão comemorando também os 65 anos da organização dos Técnicos Agrícolas brasileiros.

ATAES**Treinamento**

Nos dias 24 e 25 de março, a Associação dos Técnicos Agrícolas do Espírito Santo (Ataes), estará promovendo mais uma etapa do treinamento sobre Controle de pragas, doenças e manejo integrado de ervas daninhas, para os técnicos agrícolas. Mais informações: (28)3521-2098 ou e-mail: sintaes@uol.com.br

SEEA**Programação 2006**

A SEEA preparou uma programação extensa de cursos para o ano de 2006, informou o presidente da entidade, Eng. Agrônomo Helder Carnielli. Ele destaca o "Sistemas Integrados de Manejo da Produção Agrícola Sustentável", que será oferecido gratuitamente entre 20 a 22 de março, em conjunto com diversos órgãos do governo do ES, no Center Norte Conceição, em Linhares.

Outros destaques são o "Simpósio sobre Biodiesel", que acontecerá no auditório do Crea-ES, no dia 13 de abril e o curso "Princípios e aplicações do uso do GPS no agronegócio e no meio ambiente" que acontecerá nos dias 24, 25 e 26 de maio, também no Auditório do Crea-ES.

Mais informações e inscrições pelo telefone (27) 3233-0101.

IBAPE-ES

Jubileu de prata

O Ibape-ES comemora em 2006 o jubileu de prata da sua fundação, tendo na presidência um dos seus sócios fundadores, o Engenheiro Civil José Lemos Sobrinho. Além deste, a história do Ibape reserva um lugar de destaque para o Eng.^o Civil Radegaz Nasser Junior, tanto pelo seu trabalho à frente da entidade, como pela sua participação marcante no Ibape nacional, do qual foi presidente, vice-presidente e é conselheiro vitalício.

Do trabalho realizado, principalmente o curso de Pós-Graduação em parceria com a Univila/Crea-ES e os cursos do Programa de Educação Continuada do Crea-ES (PEC), surgiram grandes nomes de profissionais que hoje já são destaque em nível nacional, muitos ministrando cursos de capacitação nos centros mais importantes do país e prestando serviços em todo o Brasil.

Pare este ano comemorativo a diretoria está projetando realizações, como:

- Resgate da memória com lançamento de uma revista com a história e a listagem dos sócios;
- Reformulação do site;
- Abertura de mercado de trabalho para os profissionais da avaliação;
- Estabelecimento de parcerias com os Conselhos Regionais de Contabilidade, de Economia e de Corretores de Imóveis, com o Sindicon e Findes para ampliação do mercado para os engenheiros;
- Implantação da Biblioteca do Ibape-ES;
- Alteração do Estatuto do Ibape-ES;
- Reformulação do Regulamento de Honorários adaptando-o à realidade do mercado.

SENGE-ES

O Senge-ES começa o ano com nova diretoria. Eleita no final de 2005, tem como presidente o Eng. Mecânico Sebastião da Silveira Carlos Neto e como Secretário Geral o Eng. Eletricista Rogério Ramos. Também fazem parte da diretoria titular os Engs. Luis Fiorotti, José Augusto Borgo, Pietro Rostagno, Paulo Roberto, Antônio Cavaliere, Luiz Dias e Wânia Nassif. Entre os suplentes estão Luís Cola, Jaílson Neves, Filippa Gava, Ary Medina, José Guimarães, Leila Vilaça e Eduardo Henriques.

Nova diretoria realiza Seminário de Planejamento

Nos meses de fevereiro e março a nova diretoria realizou seu primeiro Seminário de Planejamento, reunindo diretores e o Conselho de Representantes para traçar metas e definir as ações da entidade para os próximos anos. A coordenação do planejamento foi feita por Cida Louzada, da Contacta - Assessoria Interativa, e contou com a presença do Presidente do Crea-ES, Eng. Civil Luis Fiorotti e do Conselheiro Federal Eng. Eletricista Paulo Bubach.

AEFES

Eventos técnicos

A Associação de Engenheiros Florestais do Espírito Santo (Aefes) realizará em 2006 uma série de eventos técnicos e científicos voltados para os seus associados e aberto a toda sociedade capixaba. Em maio acontecerá o 3º Seminário Inter-Estadual sobre Reflorestamento Ambiental, cujo tema será a recuperação de áreas de preservação permanente e reserva legal. Ainda no primeiro semestre será realizado um curso de aprimoramento técnico na área de fitopatologia e doenças de plantas arbóreas cultivadas.

Aconteceu:

- O Eng.^o Florestal Eugenio Agrizzi, membro da diretoria da Aefes e funcionário da CST-Arcelor apresentou no final do ano passado, na França, o case - Cinturão Verde da CST em Tubarão.
- O representante da Aefes no Conselho Regional de Meio Ambiente, Eng.^o Florestal Álvaro Garcia, participou das reuniões que aprovaram os empreendimentos da Petrobras, em Linhares (gasoduto Cacimbas -UTGC) e da Brasil Ambiental, em Aracruz (Aterro Sanitário).

SINTEC-ES

Sede ampliada

O Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio no Estado do Espírito Santo (Sintec - ES) está com a sua sede ampliada e mais moderna. Agora o Sintec-ES dispõe de mais uma sala no Edifício Praia Center, na Avenida Reta da Penha, Praia de Santa Helena, 280.

Sempre visando o melhor para os seus filiados, o Sintec - ES transferiu o Departamento Jurídico, o de Comunicação e a Presidência para a nova sala adquirida recentemente.

Para o Presidente do Sintec-ES, Kepler Daniel Sérgio Eduardo, essa conquista tem uma grande importância para todos os técnicos, já que com esses investimentos os sindicalizados podem ver onde está sendo investido o dinheiro, além do que o Sindicato pode atender melhor os associados que o procuram.

Cesan garante que abastecimento de água não está ameaçado

henrique alves

Há algum tempo o Espírito Santo vem demonstrando níveis de crescimento econômico que o tem afastado do posto periférico a que a economia nacional o relegou. A atividade industrial tem se expandido e estimulado o crescimento da atividade de serviços. O desenvolvimento, contudo, todo esse exige uma contrapartida em insumos, entre os quais encontra-se a água. Daí então a pergunta: tendo como pano de fundo esse cenário econômico favorável, como comportará, o potencial hídrico do Espírito Santo?

O Engenheiro Civil Celso Luiz Caus, assessor da Diretoria de Operação Metropolitana da Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan), considera que o potencial hídrico existente tem atendido de forma satisfatória a demanda geral da região da Grande Vitória (residências, indústrias e comércio). Os principais mananciais abastecedores dela são o rio Jucu e o Santa Maria da Vitória, que atendem por volta de 1,4 milhão de pessoas. Somados, esses mananciais têm uma vazão mínima de 18,7 m³/s, da qual, segundo ele, atualmente se utiliza um terço, em média, 6,4m³/s.

Atualmente, na sua área de ação, a Cesan abastece quase 2 milhões de pessoas, o que significa aproximadamente 70% da população capixaba, em 52 municípios capixabas. No entanto, a chefe da Divisão de Gestão de Recursos Hídricos da Cesan, a engenheira civil Maria Helena Alves, afirma que ainda não é possível ter uma noção real sobre o consumo de água no estado.

Segundo ela, um panorama mais preciso só poderá ser desenhado a partir da total implementação da Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, instrumento legal que irá resultar numa espécie de cadastro de usuários que poderá ser confrontado com a estimativa de disponibilidade hídrica, oferecendo um mapa real dos problemas.

A Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos, instrução normativa do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Iema) em vigor desde outubro de 2005, deu prazo de um ano para os usuários se adequarem às suas exigências. Entretanto, numa perspectiva “menos técnica”, Maria Hele-

na Alves já consegue detectar alguns problemas de escassez de água, ocasionados por represas construídas por proprietários rurais para manter sistemas de irrigação, às vezes, impedindo o fluxo natural dos rios e nascentes. Ela cita o norte do Espírito Santo como local onde há diversas ocorrências deste tipo, e também a Grande Vitória. “Em 2003, enfrentamos risco de escassez de água para abastecimento devido a uma disputa pelo uso da cabeceira do rio Formate, importante para o fornecimento de água ao município de Viana, entre o abastecimento público e a irrigação”, lembra.

No norte do Estado há outras causas para a escassez de água, como a baixa pluviosidade, o intenso desmatamento da região, a drenagem e a ocupação de várzeas. Na Grande Vitória, embora ela afirme não haver grandes preocupações, devido ao maior número de reservatórios disponíveis, o problema é o comportamento dos consumidores. Instrumentos como “vassouras hidráulicas” presentes numa corriqueira lavagem da calçada ou do carro vieram agravar esse quadro que pode comprometer o abastecimento.

O que esperar do potencial hídrico capixaba nos próximos anos? Maria Helena adianta que existem planos para evitar quaisquer adversidades. “Para a população da Grande Vitória, já está prevista pela Cesan a expansão da captação de água para além dos domínios das bacias hidrográficas dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória, possivelmente na bacia do rio Reis Magos”. E necessário também associar a estas ações políticas públicas que garantam o crescimento sustentável do estado, pois a água já é um recurso estratégico de atração e fixação de novos empreendimentos.

Quatro cenários

Amparado nas previsões de crescimento da demanda geral de água na Grande Vitória, o assessor da Diretoria de Operação Metropolitana da Cesan, Celso Caus, elaborou um estudo no qual projeta quatro cenários para mostrar que a região não sofrerá de sabastecimento nos próximos anos:

1 - Com a utilização dos rios Jucu e Santa Maria da Vitória mais o reforço do Reis Magos, a perspectiva é de atender à demanda até o ano de 2035.

2 - Com esses três abastecedores, mais a regularização (construção de barragens) no Jucu pode-se projetar atendimento à demanda até 2060.

3- Contando-se com o Jucu, o Santa Maria da Vitória, o Reis Magos, o Beneventes e o Piraqueçu, o abastecimento pode ir até o ano de 2060.

4 - Se forem somados os cenários anteriores, o atendimento à demanda ultrapassa o ano de 2060. Depois de esgotados todos aqueles mananciais, ainda se pode incluir o Rio Doce para atender a demanda nos 40 anos finais do milênio.

Com estes quatro cenários, Celso Caus não acha justificável qualquer preocupação nos próximos anos. Mas ressalta que os princípios de sustentabilidade precisam ser respeitados. “A população não será prejudicada no abastecimento de água desde que haja uma gestão consciente das bacias, observância às leis estadual e federal de recursos hídricos, o desmatamento seja evitado, assim como a degradação dos rios, entre outros atos que garantam um desenvolvimento sustentável”, advertiu.

Sérgio Cardoso

Semana da água

O Movimento de Cidadania pelas Águas, abrigado e apoiado pelo Crea-ES, realizou mais uma Semana da Água, entre os dias 15 e 21 de março, para marcar as comemorações do dia 22 de março, Dia Mundial da Água.

De acordo com o coordenador estadual do movimento e técnico de tratamento de água da Cesan, Adailson Freire da Costa, o objetivo da semana foi “despertar e sensibilizar comportamentos quanto ao uso racional da água, uma vez que ela exige compromisso com as gerações futuras”. O coordenador lembra que “as agressões continuam sendo maiores que as ações” e que o Movimento de Cidadania pelas Águas deseja semear uma relação sustentável entre progresso material e o potencial hídrico de uma comunidade.

A programação da semana constou das seguintes palestras: “Água, Meio ambiente e Cidadania” e “Política Ambiental da CST” (15/03); “Monitoramento de APAS e Trilhas Ecológicas” e “Água, Meio Ambiente e Cidadania” (16/03); “Recuperação e Revitalização de Nascentes” e “Águas do Rio Bubu” (17/03); “Ecologia na História da Igreja” e “Política Ambiental da Cesan” (20/03) e “Política Estadual de Recursos Hídricos” e “Política Ambiental da CST” (21/03).

Participaram da semana o Movimento de Cidadania pelas Águas, a gerência de Meio Ambiente da CST, a ONG Andarilhos Ecológicos, a Promotoria do Ministério Público do ES, o Colégio Agostiniano, a Pastoral Católica a Gerência de Meio Ambiente da Cesan e a gerência da RH do Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema)



A arquiteta Clemir Meneghel (dir), ex-assessora do Crea e atual sub-secretária de Desenvolvimento Urbano da PMV, tem sido uma das grandes incentivadoras da melhoria da acessibilidade.

Calçada cidadã Agora é lei

sâmia pedraça

Entrou em vigor em dezembro de 2005 no município de Vitória a lei nº 6.525/05, que obriga a construção e reconstrução de calçadas obedecendo aos conceitos de acessibilidade universal. A “calçada cidadã”, como foi denominada, deve atender critérios de declividade e largura definidos na lei. A lei, cujo projeto foi enviado pela Prefeitura de Vitória (PMV), foi aprovada pela Câmara de Vereadores em dezembro.

Fica proibido o uso de materiais derrapantes, trepidantes ou de superfície inteiramente lisa, além de rampas ou degraus tanto na calçada como na sarjeta. O meio-fio rebaixado para acesso de veículos deve perfazer no máximo 50% da testada do terreno e nas calçadas arborizadas deve ser deixado espaço ao redor de troncos de árvore.

Esse conjunto de especificações proporciona a portadores de deficiências uma melhor orientação na locomoção e segurança. A lei é baseada na NBR 9050/04 da ABNT. O Crea-ES foi um dos principais incentivadores do projeto junto à prefeitura de Vitória e pretende dar continuidade ao trabalho estimulando outras prefeituras a aderir à “calçada cidadã”.



CAPTAÇÃO

Aumento previsto da captação de água nos dois abastecedores principais da Grande Vitória:

	hoje	próximos 20 a 25 anos
Rio Jucu	3,6 m3/s	6,8 m3/s
Rio Santa Maria da Vitória	2,7 m3/s	5,1 m3/s

Fonte: Celso Caus (Cesan)

PORTO DE VITÓRIA FAZ 100 ANOS

rúbia baptista

Fundado com o objetivo de atender à demanda que o antigo porto de Itapemirim não comportava mais, o Porto de Vitória completa esse ano um século de existência. Como sua trajetória e desenvolvimento estão diretamente relacionados à história da capital, a Prefeitura Municipal, a Compa-

Estado, devido à variedade de serviços em sua infra-estrutura. O presidente da Associação dos Engenheiros e Técnicos dos Portos do Espírito Santo (Aenportes), Eduardo Prata, destaca que é bastante significativo o número de profissionais que trabalha em atividades ligadas ao setor portuário. “E são todos os tipos

vo ciclo de desenvolvimento com a exploração de gás e petróleo. “As instalações que serão construídas aqui para atender essa demanda irão empregar todo tipo de profissionais de engenharia de ponta”, completou.

PROJETOS PARA O FUTURO

A Codesa definiu planos estratégicos que se inserem nos programas do Governo Federal Agenda Portos e Projeto Piloto. Com recursos de R\$ 45 milhões, a Companhia traçou quatro ações prioritárias: melhorias no acesso aquaviário com obras de dragagem, derrocagem e sinalização náutica; melhorias no acesso rodoviário com a duplicação do trecho que liga o porto de Capuaba à Av. Carlos Lindemberg; melhorias nas instalações operacionais com recuperação de berços e plataformas; e melhorias no sistema de segurança, com adequações ao novo código internacional ISPS-Code.

De acordo com o Diretor de Administração e Finanças da Codesa, Rodrigo Chamon, após as obras e reformas, o Porto de Vitória estará apto a receber 80% da frota que circula pela costa brasileira. “Hoje só podemos receber 20% dessa movimentação por limitações relacionadas à profundidade de nossas águas, mas passaremos de 9,6m para 12,3m de calado - altura do navio que fica submersa”, completa. A previsão é que até o final de 2006 as obras estejam concluídas.

Aterro que ligou a Ilha do Príncipe à de Vitória, onde fica parte do porto (década de 1940)

nhia Docas do Espírito Santo (Codesa), e o Governo do Estado uniram-se para comemorar seu centenário.

A atividade portuária é responsável por 65% do Produto Interno Bruto (PIB) do Espírito Santo e representa hoje o principal fator de desenvolvimento do ramo de serviços, setor que mais cresce no estado.

Do total de 130 milhões de toneladas que passaram pelos portos capixabas no ano passado, 75 milhões correspondem às atividades do Porto de Vitória.

MERCADO DE TRABALHO

A atividade portuária é uma das que mais emprega engenheiros no

de engenharia que estão envolvidos: a Civil, a Mecânica, a Elétrica, de Telecomunicações, enfim, todos esses profissionais são empregados pelas atividades portuárias.”

No entanto, em um setor que se moderniza cada vez mais rápido, é necessário também que os centros de formação acompanhem esse processo, o que não vem acontecendo, na opinião de Prata. “Falta uma atualização das escolas ao mercado. Historicamente, o Espírito Santo sempre formou bons engenheiros, mas aquela engenharia ortodoxa não existe mais. Muitas vezes chegamos a perder cargos para os profissionais de outros estados”, alerta. Em sua avaliação, o estado vive hoje um no-

Reta final para aprovação dos Planos Diretores Municipais

Cida Alves

Congresso dos Municípios discute relação cidade-porto

De 3 a 8 de abril, Vitória sedia o XV Congresso da Associação Brasileira de Municípios Portuários. Com o tema "A cidade e os portos para além do século XXI", o encontro tem o objetivo de envolver sociedade civil, comunidade acadêmica, poder público e empresariado local no debate acerca das atividades do porto e sua relação com a economia capixaba.

O encontro contará também com a participação de uma delegação de Dunkerque, cidade portuária localizada na região norte da França, com quem Vitória mantém relações de cooperação desde o ano passado.

A convite da embaixada francesa, o prefeito João Coser e o secretário de Desenvolvimento da Cidade, Kleber Frizzera, estiveram em Dunkerque em novembro do ano passado, quando foi assinado um protocolo de cooperação técnica. "Vimos uma oportunidade de aproximação muito importante e temos interesse em buscar na comunidade europeia parceiros para Vitória", destacou Frizzera.

Ao final do encontro será promovida uma rodada de negócios entre a delegação de Dunkerque e o empresariado local. Durante o evento, o prefeito João Coser assumirá a presidência da Associação Brasileira de Municípios Portuário, fundada no início da década de 90.

Outubro deste ano é o prazo final para que os municípios aproveem seus Planos Diretores Municipais (PDMs), de acordo com a determinação do Estatuto das Cidades. Segundo dados do Instituto Jones dos Santos Neves, que coordena o núcleo estadual de monitoramento das atividades relativas ao PDM, no Espírito Santo 32 municípios obrigatoriamente terão Planos Diretores, pois se encaixam nos critérios definidos pelo Estatuto.

Para o presidente da Associação dos Municípios do Espírito Santo (Amunes) e pre feito de Colatina, Guerino Balestrassi, o PDM é uma importante ferramenta de gestão, pois nele serão apresentadas soluções para o crescimento equilibrado das cidades, com controle da ocupação populacional, regulamentação do acesso à moradia e garantia de preservação do meio ambiente.

Além do Instituto Jones, fazem parte do núcleo estadual cerca de 20 entidades – entre órgãos do governo e sociedade civil organizada. "Estamos trabalhando para que os PDMs sejam aprovados com a participação do maior número possível de setores da sociedade", afirmou o técnico em Planejamento do Departamento de Desenvolvimento Urbano do Instituto, Adalto Beato Venerano.

Entre as ações realizadas pelo núcleo estadual estão os seminários de conscientização promovidos em todos os municípios capixabas que de-

Organização do território

O Plano Diretor é uma lei municipal que funciona como instrumento básico na política de expansão de uma região. Seu objetivo, segundo o Estatuto da Cidade, é organizar o crescimento e o funcionamento do município como um todo - incluindo áreas rurais e urbanas – por meio de planejamento e controle do território, de forma que o desenvolvimento não cause desequilíbrios ambientais, sociais e econômicos.

Devem adotar PDM municípios com mais de 20 mil habitantes ou que fazem parte de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas. A obrigatoriedade também atinge áreas onde estão localizados grandes empreendimentos, regiões de especial interesse turístico e onde são desenvolvidas atividades com significativo impacto ambiental como aeroportos e portos. Os Planos Diretores devem ser revisados a cada 10 anos.

vem ter PDMs. Nestes eventos, representantes de setores públicos, de movimentos comunitários, empresários e vereadores receberam um manual sobre o PDM, puderam esclarecer dúvidas e foram convidados a formar núcleos regionais que acompanharão o trabalho das equipes técnicas das prefeituras e empresas

acervo Pref. de Colatina



Balestrassi: PDM é ferramenta de gestão

de consultoria que elaboram os PDMs. Além de representação nos núcleos regionais, a população também poderá participar da aprovação dos Planos Diretores em audiências públicas garantidas por lei.

MUNICÍPIOS QUE TERÃO PDMs

Cachoeiro de Itapemirim	Colatina	Barra de São Francisco	Vila Velha	Venda Nova do Imigrante
Itapemirim	Baixo Guandú	São Gabriel da Palha	Santa Teresa	Domingos Martins
Marataízes	Aracruz	Cariacica	Santa Maria de Jetibá	Marechal Floriano
Mimoso do Sul	Linhares	Fundão	Santa Leopoldina	Castelo
Guaçuí	Nova Venécia	Serra	Afonso Cláudio	Alfredo Chaves
Alegre	Ecoporanga	Viana	Conceição de Castelo	
Lúna	Pinheiros			
	Pedro Canário			



Espaço do Arquiteto na Vitória Stone Fair

henrique alves

Durante a 21ª Feira Internacional do Mármore e Granito, realizada entre os dias 14 e 17 de fevereiro, no Pavilhão de Carapina, um dos estandes apresentados aos participantes do evento foi o Espaço do Arquiteto. Em 54 m², acolhedoramente montado, contando com uma sala VIP, foram expostos painéis mostrando o trabalho de profissionais capixabas com rochas ornamentais, como especificações em fachadas, interiores e esculturas, selecionadas pelo Crea-ES e IAB-ES.

Segundo a consultora técnica do Crea-ES e integrante da coordenação do estande, a arquiteta Regina Morandi, o propósito do Espaço do Arquiteto foi divulgar a produção capixaba e congregar profissionais envolvidos na cadeia produtiva da construção civil, tais como

geólogos, engenheiros e arquitetos, entre outros.

O estande foi financiado por uma parceria entre Crea-ES, Centro Tecnológico do Mármore e Granito (Cetemag) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com apoio do Instituto de Arquitetos do Brasil - Seção Espírito Santo (IAB-ES) e Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA).

Quanto aos resultados, Morandi espera que os trabalhos expostos tenham sido divulgados e que engenheiros e arquitetos tenham aprofundado seu conhecimento sobre rochas ornamentais.

Com o intuito de qualificar os especificadores na área de rochas ornamentais, foi distribuída a Cartilha do Mármore e Granito, um documento que explica as propriedades técnicas das rochas ornamentais.

Fayet: rochas fazem parte da história

Uma das palestras da 21ª Feira Internacional do Mármore e Granito foi a promovida pelo Espaço do Arquiteto, que trouxe o arquiteto capixaba, radicado no Rio Grande do Sul, Carlos Maximiliano Fayet, para falar sobre o tema "Uso e Aplicabilidade do Mármore e Granito na Construção Civil".

Leia síntese da palestra:

Terminologia: "Eu prefiro o termo pedras naturais ao termo rochas ornamentais, pois este tem um sentido de supérfluo, luxuoso; e eu acho que o uso da pedra não é bem isso. Não é só demonstração de algo supérfluo."

História: "As pedras naturais fazem parte de toda a história da Arquitetura. Elas são encontradas desde o tempo das cavernas até a arquitetura moderna."

Usos: "A pele da pedra se presta a várias intenções, tanto para residências, para uma arquitetura mais "íntima", quanto para uma arquitetura mais formal, mais monumental."

Adequação: "Não adianta fazer um muro de arrimo de pedra e achar que ele tem que suportar tudo. (...) Tem que usar o material com a tecnologia adequada."

Limpeza: "Conservar a pedra é fundamental. A limpeza deve ser feita apenas com pano úmido, sem produtos químicos, e evitar água sanitária. A graxa e o limão são inimigos da pedra"

Uso em áreas urbanas: "A única desvantagem que existe é que as pedras ficam sujeitas à pichações. Não sai mais."

Aproveitamento contemporâneo: "Acho que é um material cada vez mais acessível e cada vez podem ser usados melhor, não só pelo dimensionamento que as indústrias estão colocando à disposição dos arquitetos, como também pela variedade de cor, ou seja, o material já vem pintado".

Aproveitamento: "O aproveitamento das pedras naturais também oferece possibilidade de gerar renda para o Brasil. Muitos revestimentos usados hoje são importados e caros (como o aço inoxidável). Por que não deixar o dinheiro aqui, num produto que possui uma cadeia produtiva que dá muita mão-de-obra, portanto gera muito emprego e faz a renda ficar aqui?"

Sonho de chegar ao Guinness

Uma busca rápida no site do “Guinness World Records” revela várias marcas históricas relacionadas à Engenharia Civil como o muro mais extenso, a maior pirâmide, o hotel mais alto entre outras. Em terras capixabas existe um profissional da área que almeja conseguir uma nova categoria no Guinness, o Eng. Civil João Bosco De Angeli, que seria o profissional do estado responsável técnico pelo maior número de obras.

Ele sabe que é difícil conquistar uma nova categoria no “Livro dos Recordes”, mas relata com orgulho um percurso profissional de mais de 30 anos e muitos superlativos, entre eles as 2.881 obras assinadas, que somam aproximadamente 1.180.000 m² de área. Natural de Cachoeiro de Itapemirim, João Bosco é filho de pais analfabetos e foi aprovado em 9º lugar em seu primeiro vestibular para o curso de Engenharia Civil pela Escola Politécnica Federal do Espírito Santo (hoje Universi-

dade Federal do Espírito Santo - Ufes), no ano de 1972.

Nos dois anos seguintes cursou uma pós-graduação na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e atua como profissional liberal na área da construção civil desde 1975. “Era um sonho de criança, sempre brinquei de construir pontes, casinhas e mini-usinas hidrelétricas no quintal de casa. Além disso o meu primeiro teste de aptidão acusou como primeira opção profissional a Engenharia Civil”, lembrou.

Já formado, João Bosco escolheu o município de Cariacica para morar. “A impressão que tive no começo é que era o único Engenheiro da cidade e pelo menos 90% de minhas obras estão aqui. Foram construídos sob minha responsabilidade técnica prédios de 1 a 14 pavimentos, de 16 m² até 26.000 m², como o condomínio Vitória Mattedi, em Campo Grande, Cariacica. Igrejas

foram pelo menos 80, das quais nenhuma cobrei honorários”, afirmou o Engenheiro.

Segundo João Bosco, o segredo para uma vida profissional tão atuante é a qualidade e custo racional de suas obras. “Trabalho sempre com muita responsabilidade e honestidade, sei que por menor que seja a obra, se ela cair, além dos prejuízos para o cliente, meu nome pode desabar junto. Muitos clientes acham que os serviços de engenharia são caros, costumo dizer que com um bom cálculo estrutural se economiza até cinco vezes o valor pago ao engenheiro”, declarou.

Outra peculiaridade da vida profissional do Engenheiro João Bosco De Angeli é o sua total aversão aos computadores. “Tenho um casal de filhos, um é formado em Ciências da Computação e a outra em Arquitetura. Apesar de ver como o computador faz parte da vida deles eu continuo usando apenas uma máquina de datilografar Olivetti que já tem 33 anos de idade, uma calculadora simples e quatro fórmulas de cálculo estrutural em meus trabalhos, além da minha experiência profissional acumulada em todos estes anos”, finalizou João Bosco.

Márcio Scheppa



João Bosco: com sua inseparável Olivetti já somou 1.180.000 m² de área projetada e construída.

Luis Fiorotti, presidente do CREA-ES

Prioridades da nova gestão

O que motivou o senhor a concorrer ao cargo de presidente do Crea-ES?

A minha candidatura foi uma demanda coletiva que surgiu primeiro no Sindicato dos Engenheiros do Espírito Santo (Senge-ES), foi logo incorporada pelo Sindicato dos Técnicos do Espírito Santo (Sintec-ES) e depois por outras entidades e profissionais, a quem eu tenho grande reconhecimento pelo apoio. Mas quero trabalhar em conjunto, numa união de esforços para que possamos estruturar ainda mais o Crea-ES, as nossas entidades e atender satisfatoriamente as expectativas da sociedade, dos profissionais e empresas aqui registrados.

Quais os desafios que o senhor já identificou e quais as possíveis soluções?

Em nosso programa constam três macro-diretrizes, que foram pensadas para incorporar os anseios e expectativas dos profissionais da área tecnológica. A primeira, "O Crea como modelo de organização", contém a defesa in-

transigente do salário mínimo profissional. Outro foco será a valorização dos conselheiros do Crea-ES (cargo honorífico), que receberão, dentro das possibilidades financeiras do Crea, todas as condições para que eles exerçam suas atividades com tranquilidade, facilidade, transparência e ética. Outro é a relação com os funcionários do Crea, com quem eu, que venho do movimento sindical, quero manter um diálogo permanente por meio da Associação dos Servidores do Crea-ES (Ascrea) e do sindicato representativo dos funcionários, e celebrar acordos trabalhistas duradouros e eficazes para que sejam efetivamente valorizados.

E quanto à segunda macro diretriz, "O Crea a serviço da coletividade"?

Nesta são vários pontos a serem trabalhados. Temos a continuação e melhoria do programa de "Engenharia e Arquitetura públicas. Já existe um grande empenho junto à Prefeitura de Vitória, onde estamos prestes a fechar um grande convênio. As conversas estão bem adiantadas também com a Prefei-

tura da Serra. Estão na nossa agenda os municípios de Cariacica, Vila Velha e Viana.

No já vitorioso "Programa de Educação Continuada", agora daremos ênfase à educação a distância. Os parceiros serão as instituições de ensino como Cefetes, Ufes e Univix. É um projeto importante, pois oferece aos profissionais condições de atualização, o que reflete positivamente nos serviços que prestam. Temos o propósito de reestruturar a Mútua/Caixa de Assistência dos Profissionais do Crea-ES, que tem arrecadação compulsória de acordo com a lei nº 6496/77. Queremos que ela seja uma parceira na promoção da valorização dos profissionais, investindo em capacitação, treinamento, organização, cursos, ou seja, trabalhando lado a lado com o Crea.

Outro ponto importante também é nossa luta pela acessibilidade universal, a política de transportes e de mobilidade urbana. A campanha da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para 2006 traz o tema "Fraternidade e pessoas com deficiência". Nós queremos atuar, com uma visão social,



com organismos da CNBB na promoção dessa política que é de fundamental importância para aqueles que precisam de ter condições específicas para locomoção e acessibilidade em todo o país.

Há ainda os Planos Diretores Municipais, com os quais pretendemos contribuir. Os municípios têm prazo até outubro de 2006 para adotá-los, como prevê a Lei Nº 10257, de 2001 (Estatuto da Cidade). Estamos convocando os nossos profissionais a se capacitarem para esta atividade, por meios proporcionados pelo Crea-ES, inclusive, na oferta de serviços para as prefeituras, e queremos também trabalhar em parceria com a Associação de Municípios do ES (Amunes).

O que será privilegiado na terceira macro-diretriz “O Crea e os desafios tecnológicos”?

Aí nos preocupa especialmente um setor importante e estruturante da nossa economia que é o petróleo. Nós temos que liderar, juntamente com os setores produtivos dos municípios e do estado, um leque de articulações para que venhamos a trazer para os nossos profissionais e, por consequência, para a sociedade, emprego e renda que façam com que os bens extraídos dessa chamada indústria do petróleo revertam para a nossa sociedade na forma melhoria de qualidade de vida - aumento da renda, geração de empregos, melhoria da infra-estrutura coletiva e acesso a serviços fundamentais como educação, saúde e lazer.

Há também outros segmentos, como o de rochas, o setor agrícola, entre tantos outros que envolvem nossos profissionais. Nós temos a responsabilidade de atuar de forma consistente na definições das políticas para estes setores, porque a maioria deles, como é caso do petróleo, tem a sua cadeia produtiva gerenciada por profissionais da área tecnológica, especialmente os de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Como o Crea pode contribuir no cenário econômico do Espírito Santo?

O Crea pode atuar e já atua em diversos fóruns que envolvem decisões da esfera econômica e social. Já atuamos no Conselho Estadual do Meio Ambiente, em diversas câmaras especializadas dentro desse conselho, em alguns fóruns da Findes (Federação das Indústrias do ES) e em alguns fóruns promovidos pela Petrobras. Temos representantes específicos, que defendem nossa diretriz geral, que é a valorização da coletividade e dos nossos profissionais.

Nós temos que envolver entidades representativas do nosso estado para que, numa união de esforços, possamos formar um cinturão que traga para o estado emprego, renda e melhores dias, principalmente a partir desta alavancagem proporcionada pela exploração de petróleo.

O Crea-ES junto com a Findes, o Sindicon, o Cdemec e outras instituições podem influir, junto à Petrobras e ao governo do estado, para assegurar mais emprego e renda para os capixabas. Não é uma exortação ao capixabismo, mas um sentimento de que os empregos estão sendo gerados aqui, portanto, temos que oportunizar aos profissionais e à população capixaba o usufruto da exploração desse bem que é finito.

A defesa do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável continuarão na pauta das ações do Crea?

Como já mencionei, nós temos representação em alguns fóruns e conselhos, sendo o maior deles o Consema. O Crea tem também a comissão de meio ambiente, que agora vai se transformar em um grupo de trabalho, de acordo com o novo regimento. Nós queremos focar na questão dos resíduos sólidos, trabalhando em conjunto com o Confea a partir da política nacional dos resíduos sólidos, com as prefeituras e com o governo do estado.

É importante também atuar na preservação e uso racional dos recursos hídricos. Focaremos nossa participação nos comitês de bacias hidrográficas e intensificaremos os trabalhos de fiscalização preventiva e integrada nessas bacias, como na bacia do Rio Doce, cujo projeto foi uma parceria com o Crea-MG e envolve vários municípios mineiros e capixabas.

Um grupo de estudantes e Conselheiros buscam a estruturação do Crea Junior ES. Como deve ser a relação do Crea com os estudantes?

O Crea Junior é parte integrante de nosso programa de trabalho. O Senge-ES e outras entidades já fizeram tentativas de fomentar a participação dos estudantes nos espaços dessas entidades. Nós queremos uma participação qualificada, institucionalizada e oficial dos estudantes. Vamos levar isso ao Plenário. A vinculação com os estudantes é importante do primeiro ao último período, para que o futuro profissional conheça o sistema Confea/Crea e as atribuições de suas profissões e como funciona o conselho. Para que eles tenham o entendimento de que a responsabilidade e a ética profissional é predominante no exercício.



Márcio Scheppa

Estradas rurais e o movimento de cidadania pelas águas

O “Movimento de Cidadania pelas Águas”, que busca a preservação e o uso racional dos recursos hídricos, aborda um tema de fundamental importância para o denominado “desenvolvimento sustentável” do país. No contexto da preservação há que se destacar a relação estreita entre estradas rurais e os cursos de água natural. As estradas de terra, construídas e conservadas sem os devidos cuidados ambientais, são consideradas como o segundo agente poluidor dos cursos d’água depois da atividade agrícola, a principal ameaça, pois envolve desmatamento, aração e o uso de adubos e defensivos.

A matriz de transportes no Brasil é totalmente dependente do modal rodoviário, em cuja rede existente hoje verifica-se uma predominância de estradas sem pavimentação. Dados recentes do DNIT demonstram que de um total de aproximadamente 1.720.000 kms de rodovias implantadas, incluindo federais, estaduais e municipais, menos de 10% são de rodovias pavimentadas; ou seja, cerca de 1.560.000 kms são de estradas de terra e deste total 1.430.000 kms estão na jurisdição das prefeituras.

Estas estradas municipais também denominadas estradas rurais ou vicinais, compõem todo um sistema capilar de transportes, responsável pelo escoamento da produção agrícola, pelo transporte coletivo entre os distritos e municípios, pelas comunicações sociais que dão vida ao interior. A sua freqüente interrupção significa a perda de produtos perecíveis, a ausência de alunos e professores nas escolas e a impossibilidade de atendimento médico. A sua má qualidade ocasiona desalento ao produtor rural, encarecimento do transporte e estímulo ao êxodo rural.

As estradas rurais em sua quase totalidade são estradas de terra, que provocam erosões ao longo da plataforma, nos cortes e aterros, e também fora dela: em caixas de empréstimos, áreas de jazidas, junto aos pés de aterros e a jusante das obras de transposição. Comumente observam-se ravinas e voçorocas de grande porte associadas às estradas, atingindo propriedades rurais e cursos d’água adjacentes ao corpo estradal. A manutenção das condições de tráfego dessas estradas é realizada utilizando-se um patrolamento sistemático e tecnicamente inadequado, provocando um afundamento gradual do seu greide e sem a preocupação de encaiminar as águas pluviais para fora do leito da estrada.

A plataforma encaixada e a concentração das águas provoca o aumento dos efeitos erosivos, e a estrada, em grandes extensões, torna-se o principal agente causador de degradação ambiental, podendo afetar a qualidade da água e, em conseqüência, atingir os seres vivos. Os danos ambientais ocasionados não são localizados, mas dispersos em todo o território: daí a importância da se compatibilizar estradas e meio ambiente.

Nas últimas décadas houve um avanço e desenvolvimento de novas técnicas destinadas a pavimentação de rodovias o que não ocorreu na mesma proporção nas utilizadas em estradas rurais, principalmente após a extinção do Fundo Rodoviário Nacional, em 1988. Este cenário revela o desafio a ser enfrentado pelas administrações municipais no atendimento a este setor tão importante para a economia rural e para os recursos hídricos.

A maioria dos municípios do Espírito Santo enfrentam dificuldades para atender a atividade de construção e manutenção de estradas rurais, sendo as principais: estrutura administrativa deficiente, carência ou ausência total de técnicos e engenheiros rodoviários, falta de um programa de capacitação e treinamento, patrulhas inadequadas, falta de recursos regulares e desconhecimento ou pouco conhecimento da interface estradas e meio ambiente. Resaltamos também que com o crescimento desordenado, verificado nas cidades brasileiras em decorrência do êxodo rural, os problemas do campo ficaram relegados a segundo plano, priorizando-se o atendimento às demandas urbanas.

Os profissionais do sistema Confea/Creas têm um papel destacado a desempenhar, no sentido de reverter este cenário e dotar os municípios de conhecimentos técnicos necessários para desenvolver um programa permanente de manutenção de estradas rurais utilizando-se de técnicas adequadas prioritariamente quanto a procedimentos, mão-de-obra, equipamentos e materiais disponíveis na região, respeitando-se e tirando-se partido da interface ambiental. O êxito desta proposição depende também da disponibilidade de patrulhas dimensionadas para o atendimento à rede municipal, e de planejar minimamente esta atividade. Para atingir este objetivo, defendemos que todo município deveria contar, no seu quadro permanente, com profissionais da área de engenharia - engenheiros e técnicos de estradas, agrícolas ou meio ambiente -, para atuar no setor.

O envolvimento no trabalho de manutenção dos proprietários de áreas marginais é uma alternativa extremamente vantajosa e deve ser considerada pelos dirigentes municipais. As estradas rurais não são da prefeitura nem do prefeito em exercício, mas sim, um valioso patrimônio da comunidade, construído ao longo do tempo. A participação na sua manutenção revela um ato de cidadania e de civilidade.

Mauro Leite Teixeira

Engenheiro aposentado / DNER; Ex-Diretor do DERES e do Instituto Terra. Engenheiro PMV (Cargo atual)

Pesquisa mostra imagem do Crea

Realizada no final do ano de 2005 pelo Instituto de Pesquisa de Opinião e Mercado Flex Consult, junto a 700 profissionais, a pesquisa de imagem do Crea-ES revela melhoria no índice de satisfação pelos serviços prestados. Os resultados da pesquisa, apresentados aos participantes do X Seminário de Conselheiros e Inspectores do Crea-ES pela consultora de Comunicação, jornalista Alcione Vazzoler, mostra, entre outros, os índices ao lado:

Satisfação dos profissionais com a qualidade da prestação de serviços:

. Geral: subiu 7% em 2005 em relação a 2004. Cerca de 31% utilizaram os serviços do Crea em 2005; deste universo, 50% concordam que o Crea melhorou a prestação de serviços em relação ao ano anterior.

. Atendimento telefônico: na sede: aprovação subiu de 68,57%, em 2004, para 78,14%

Nos postos e inspetorias do Crea, subiu 5%

. Fiscalização e comunicação: mantiveram índice de satisfação de 38,28% e 68,42% respectivamente.

. Instrumentos de comunicação do Crea mais conhecidos pelos profissionais: destaque para o Informativo Eletrônico, que cresceu nos últimos três anos de 15,64% dos entre-

Ufes em expansão

Com 13 novos cursos de graduação e 830 novas vagas a Ufes passa por um processo de expansão a partir do segundo semestre de 2006. Os cursos funcionarão no Centro Universitário do Norte do Espírito Santo (Ceunes), em São Mateus e Centro de Ciências Agrárias (CCA), em Alegre. O convênio para possibilitar a expansão foi assinado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, e pelo reitor da Ufes, Rubens Rasseli, no dia 28 de dezembro/05, em Brasília, com a presença do Presidente Lula.

O projeto, que envolve recursos iniciais de R\$ 14 milhões, permitirá a implantação de nove cursos em São Mateus - Agronomia, Ciências Biológicas, Enfermagem, Matemática (bacharelado), Engenharia Química, de Computação, de Petróleo, de Produção e Farmácia - e de quatro em Alegre - Ciências Biológicas, Engenharia de Alimentos, Engenharia da Madeira, Geologia e Nutrição. O vestibular deve acontecer neste primeiro semestre.

Ato Normativo sobre Veículos Publicitários

O Consultor Técnico do Crea-ES, Eng. Eletricista Ernani de Castro Gama está desenvolvendo uma minuta de ato normativo que dispõe sobre a fiscalização de outdoors, painéis, placas, letreiros e luminárias. A norma tem por objetivo criar regras de instalação para esses veículos de publicidade, tornar obrigatório o registro das empresas que atuam no projeto, execução e manutenção desses veículos, além de estabelecer exigência de registro de ART para todos os profissionais envolvidos na instalação. Com este ato, o Crea-ES espera aumentar a responsabilidade de quem monta estes espaços de publicidade e prevenir acidentes decorrentes de má-instalação.

Novas ações de Segurança do Trabalho para 2006

A Comissão de Segurança do Trabalho, coordenada pelo Eng. Mecânico de Segurança do Trabalho Adelar Castiglione Cazaroto, prepara um conjunto de ações para 2006 com o objetivo de tornar a regulamentação e a fiscalização da área mais eficientes. Entre essas ações estão a criação da Câmara Especializada de Engenharia de Segurança do Trabalho, a reativação da fiscalização dos profissionais e empresas que atuam na área, orientações junto às instituições de ensino sobre o registro de profissionais no sistema Confea/Crea, com ênfase na área da comissão e elaboração de tabela referencial de honorários periciais da área de Engenharia de Segurança do Trabalho.

Revista do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo
Av. Cesar Hilal, 700, 1º andar, Bento Ferreira, Vitória-ES, CEP 29052-232
Tels.: (27) 3334-9900 - Fax (27) 3324-3644
email: creaes@creaes.org.br
www.creaes.org.br

Crea-ES

**Diretoria
Presidente**

Eng. Civil Luis Fiorotti

1º Vice Presidente

Técnico Agrimensura Aloisio Carnielli

2º Vice Presidente

Eng. Civil José Lemos Sobrinho

Diretor Administrativo

Eng. Civil José Maria Cola dos Santos

Diretor Financeiro

Eng. Industrial Mecânico José Carlos de Assis

Vice Diretor Administrativo

Eng. Civil Carlos Heugênio Duarte Camisão

Vice Diretor Financeiro

Arquiteta Patrícia Cordeiro

Câmaras

Engenharia Civil

Eng. Civil Wania Nassif Marx

Engenharia Agrônoma

Eng. Agrônomo Jorge Luiz e Silva

Arquitetura

coordenador a ser eleito

Engenharia Industrial

Eng. Mecânico Aristóteles Alves Lyrio

Engenharia Elétrica

Eng. Eletricista Ivan Pierozzi

Inspeções:

Cachoeiro de Itaperimim (28) 3522-2373

Colatina (27) 3721-0657

Linhares (27) 3264-1781

Postos de atendimento

Vila Velha (27) 3239-3119 - São Mateus (27) 3763-5929

Conselho Editorial

Jornalista Alcione Vazzoler, Jornalista Ruth Reis,
Eng. Civil Luis Fiorotti, Administrador Lúcio Hemerly

Gerente de Relacionamento

Administrador Lúcio Hemerly

Consultora de Comunicação

Jornalista Alcione Vazzoler

Reportagem

Alcione Vazzoler, Sâmia Pedraça, Cida Alves, Henrique Alves,
Rúbia Baptista, Márcio Scheppa, Fernando de Abreu, Danielle
Chamovitz, Charlene Machado, Carolina Zapalá, Claudia Vilarinho

Fotos de Capa

Sérgio Cardoso

Projeto gráfico

Luciano Frizzera

Editoração, tratamento de fotos e infográficos

Luciano Frizzera e Sâmia Pedraça

Fotolito / Gráfica

Clicheria Vitória / Gráfica Resplendor

Prioridade para o Salário Mínimo Profissional

A luta para que a Lei Nº 4.950-A/66, que trata do Salário Mínimo Profissional (SMP) seja, de fato, cumprida está entre as prioridades da atual gestão do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Espírito Santo. Durante o X Seminário de Conselheiros e Inspectores, ocorrido nos dias 17 e 18 de fevereiro, em Domingos Martins, para definir o planejamento estratégico do Crea-ES para o triênio 2006-2008, esse foi um dos pontos mais discutidos e apontado para ser incluído na lista de prioridades.

Apesar de completar 40 anos em 2006, a lei do salário mínimo profissional não é cumprida por número significativo de instituições. Segundo o presidente do Sindicato dos Engenheiros no ES (Senge-ES), Eng. Mecânico Sebastião da Silveira Carlos Neto, “infelizmente, em muitas empresas e principalmente nos órgãos públicos, esse direito não está sendo cumprido. É preciso no entanto uma melhor conscientização dos empregadores a respei-

to do Salário Mínimo Profissional. Hoje, nós questionamos inclusive a eficácia da lei para uma política de ganhos para os profissionais. Sobretudo, quando examinamos que sua ancoragem é no salário mínimo que, sem dúvida, é alvo de uma política de reajustes defasados”.

Carlos Neto aponta ainda a tendência de alguns empregadores de adotarem o Salário Mínimo Profissional como salário máximo. “Esta tendência gera um equívoco quando nós vinculamos o Salário Mínimo Profissional à valorização profissional. É necessário urgentemente que todas as entidades vinculadas ao Sistema Confea/Crea se unam para a elaboração de um projeto único para a valorização dos profissionais da área tecnológica. Um dos caminhos para se chegar a uma solução é a união de todos os profissionais, principalmente dos órgãos e empresas públicas, para que, junto às entidades, seja traçada uma estratégia para o cumprimento da Lei”, esclareceu.

Entenda a Lei

O Salário Mínimo Profissional (SMP) é regulamentado pela Lei 4.950-A/66. Aprovada em 22 de abril de 1966, a lei do SMP garante que a menor remuneração a ser paga ao profissional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de nível superior que trabalhe seis horas diárias é de seis vezes o salário mínimo nacional e, para aqueles que trabalham oito horas diárias o salário normativo será correspondente a nove vezes o salário mínimo nacional. Todos os profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do setor público ou privado, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) têm o direito de receber o salário mínimo profissional.

**Inovação,
Educação e
Tecnologia**



- Engenharia de Petróleo
- Engenharia Mecatrônica
- Engenharia de Segurança do Trabalho
- MBA - Gestão de Petróleo e Gás
- MBA - Gestão da Produção e Manutenção
- MBA - Gestão Integrada da Qualidade e Certificações

- Engenharia de Estruturas
- MBA - Gestão da Produção de Rochas Ornamentais
- MBA - Gestão em Operações Logísticas

